

BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA HORTAS COMUNITÁRIAS EM MARINGÁ - PARANÁ

BENEFITS OF A COMMUNITARY VEGETABLE GARDENS PROGRAM IN MARINGÁ - PARANÁ

Renata **FERNANDES**^{1*}, Nádia Roberta de Paula Guedes de **SOUZA**², Joaquim **MARTINS JÚNIOR**³

1. Cirurgiã-Dentista, Especialista em Endodontia, Especialista em Anatomia e Histologia: métodos de ensino e pesquisa. Mestranda em Promoção da Saúde pelo Centro Universitário de Maringá (CESUMAR); 2. Educadora Física, Especialista em Morfofisiologia Aplicada ao Exercício, Especialista em Anatomia e Histologia: métodos de ensino e pesquisa. Mestranda em Promoção da Saúde pelo Centro Universitário de Maringá (CESUMAR); 3. Educador Físico, Especialista em Educação Física, Mestre em Ciência do Movimento, Doutor em Educação. Docente do Mestrado em Promoção da Saúde do Centro Universitário de Maringá (CESUMAR).

* Avenida Cerro Azul, 1335, Maringá, Paraná, Brasil. CEP: 87010-055. dra.renatafernandes@hotmail.com

Recebido em 11/07/2013. Aceito para publicação em 12/07/2013

RESUMO

A dieta e a nutrição apresentam uma importante relação com a saúde. O consumo insuficiente de frutas e hortaliças pode estar associado à várias enfermidades. O “Programa Hortas Comunitárias de Maringá, PR”, foi iniciado como uma das ações do Programa Maringá Saudável, cuja implantação ocorreu em Julho de 2007 pela Prefeitura Municipal de Maringá, objetivando a inclusão produtiva e social de indivíduos em situação de risco nutricional e social. Este tipo de agricultura busca melhorar a organização comunitária e, como consequência, por meio do processamento e venda dos alimentos produzidos, inúmeras famílias são beneficiadas. O presente artigo, contém uma revisão bibliográfica sobre a implementação do “Programa Hortas Comunitárias de Maringá” e seus benefícios para as famílias participantes. A pesquisa permitiu verificar que este programa tem contribuído para o enfrentamento de situações emergenciais de fome, propiciando à população carente do Município inúmeros benefícios, principalmente nos aspectos da segurança alimentar, geração secundária de renda e promoção da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura urbana, segurança alimentar, promoção da saúde.

ABSTRACT

Diet and nutrition have an important relation to health. The Insufficient consumption of fruits and vegetables can to be associated with various diseases. The “Community Vegetable Gardens of Maringá Program”, was initiated as one of the actions of the Maringa Healthy Program, established in July 2007 by the Municipality of Maringá, aiming to productive and social inclusion of peoples at nutritional risk and social. This type of agriculture seeks to improve community organization and,

consequently, through the processing and sale of food produced, many families are benefited. This article contains a review of literature on the implementation of the “Community Vegetable Gardens of Maringa Program” of and its benefits for participating families. The research showed that this program has contributed to cope with emergencies of hunger and proportionate to the poor of the city, numerous benefits especially in terms of food security, generation of secondary income and health promotion.

KEYWORDS: Urban agriculture, food security, health promotion.

1. INTRODUÇÃO

A dieta e a nutrição apresentam uma importante relação com a saúde, pois um consumo insuficiente de frutas e hortaliças pode estar associado a hipertensão, diabetes, baixo peso ao nascer, anemia, doenças cardiovasculares, entre outras enfermidades. Assim, o cultivo de frutas e hortaliças é importante para a segurança alimentar e nutrição dos indivíduos, por serem alimentos ricos em nutrientes que beneficiam a saúde da população¹.

Com esta perspectiva, a implantação da agricultura urbana e periurbana tem sido um importante instrumento para o enfrentamento de situações emergenciais de fome. Este tipo de agricultura contribui para a melhoria de fatores nutricionais e da saúde psíquica dos indivíduos envolvidos, além de propiciar a inclusão social de pessoas que estão em situação de risco, famílias desprovidas de recursos financeiros, idosos, portadores de necessidades especiais e também, famílias chefiadas por mulheres^{1,2}. Além de combater a fome de famílias em risco

social, as hortas comunitárias contribuem para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis^{3,4}.

Do ponto de vista institucional, a agricultura urbana e periurbana remetem, entre outros, à produção e transformação de forma lúdica de produtos agrícolas nas áreas intraurbanas e periurbanas das cidades em terrenos vagos e subutilizados em áreas não edificáveis e terrenos sem aproveitamento, terrenos comunitários e áreas abertas em residências, aproveitando desta forma, recursos, insumos e serviços urbanos como o solo, a água e a mão de obra, entre outros⁵.

Este tipo de agricultura busca melhorar a organização comunitária, uma vez que, por meio de processamento e venda dos alimentos produzidos, inúmeras famílias são beneficiadas com a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida. Além desses fatores, a participação efetiva da comunidade neste processo promove uma melhoria significativa dos relacionamentos interpessoais^{1,6}.

A necessidade de melhor compreender o funcionamento dos programas implantados com as finalidades acima levantadas levaram à elaboração deste estudo, visando conhecer melhor a respeito da implementação do “Programa Hortas Comunitárias de Maringá” e seus benefícios para as famílias participantes.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para a presente pesquisa foram utilizados artigos científicos relacionados ao tema em foco, publicados entre os anos de 1997 e 2012, usando-se como palavras-chave os termos: agricultura urbana, segurança alimentar, promoção da saúde. Ao final do levantamento bibliográfico, foram efetivamente utilizados 17 artigos, selecionados conforme a qualidade e relevância com o tema proposto.

3. DESENVOLVIMENTO

Importância da Agricultura Urbana e Periurbana

Atualmente, nos grandes centros urbanos, muitas pessoas se alimentam de forma rápida e insatisfatória do ponto de vista nutricional. Estes novos hábitos são impostos pela vida moderna e pela necessidade cada vez maior de resultados produtivos, onde não é dado às pessoas condições de escolha. Concomitantemente, essas mudanças têm provocado o surgimento de doenças relacionadas a uma alimentação nutricionalmente inadequada do ponto de vista qualitativo e quantitativo. Aliado a isto, o consumo de alimentos com resíduos de agrotóxicos tem causado inúmeros malefícios para a saúde da população^{7,8,9}. Por esse motivo, é crescente o número de pessoas que costumam, aproveitando os pequenos espaços de seus quintais, cultivar ervas condimentares e medicinais, hortaliças e até mesmo algumas árvores frutíferas. Esta prá-

tica, já há algum tempo, vem sendo denominada por alguns estudiosos como agricultura urbana¹⁰.

Assim, com a finalidade de facilitar o acesso à alimentação saudável e implementar a geração de renda, foram criadas as hortas comunitárias. Tais projetos talvez tenham sido motivados pelo fato de que a produção mais perto das cidades assegura o fornecimento de produtos mais frescos e provavelmente mais ricos em determinados nutrientes do que os armazenados por longos períodos e transportados por longas distâncias^{1,3}.

Um dos construtos mais em voga na atualidade é o de que a segurança alimentar e nutricional é a base do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com vistas às práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. Tal conceito foi definido na Segunda Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em Olinda, Pernambuco, em 2004 e incorporada na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Lei nº 11.346, de 15 de Julho de 2006¹¹.

Nas estruturas municipais existentes, há experiências positivas da criação do que se tem denominado cidadania ambiental, e é esse o pilar para a implementação da horta comunitária: o de formar centros de difusão de técnicas agroecológicas aliadas à cidadania. Tais programas dependem da correta articulação entre os agentes envolvidos; integração com os demais colaboradores; espírito de cooperação comunitária e pessoal; equipe competente e coesa, envolvendo e construindo parcerias comprometidas com avanços comunitários voltados à melhoria das condições ambientais e de vida da comunidade¹².

Implementação do Programa Hortas Comunitárias de Maringá

O “Programa Hortas Comunitárias de Maringá, PR”, se constituiu numa das ações do “Programa Maringá Saudável”, implantado em Julho de 2007 pela Prefeitura Municipal de Maringá, objetivando a inclusão produtiva e social de indivíduos em situação de risco nutricional e social^{2,4}.

No ano de 2008, buscando a inclusão no programa de agricultura urbana e periurbana, a Prefeitura Municipal, em parceria com a Universidade Estadual de Maringá encaminhou um projeto ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em consequência, foi aprovada a implantação de um Centro de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana na região, ocorrendo então a criação do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana, o CERAUP/UEM. Este centro conta com uma equipe de profissionais atuando na assistência técnica e capacitação dos municípios participantes. A equipe de trabalho foi composta por engenheiros agrônomos,

estagiários do curso de agronomia, assistente social e psicólogo⁴.

Depois desta etapa, os estagiários e os profissionais do CERAUP/UEM realizam pequenos cursos de capacitação dos produtores. Os conteúdos ministrados são variados, propiciando aos associados o aprendizado prático e teórico à respeito das hortas comunitárias⁴.

Segundo a Secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Maringá (2013), o processo de implementação é iniciado por meio de um pedido da comunidade formalizado pelos presidentes das associações de moradores dos bairros à Secretaria de Serviços Públicos (SEMUSP).

Posteriormente, técnicos da SEMUSP se reúnem com os comunitários no salão da associação de moradores, e promovem discussões a respeito da escolha do terreno e de todo o processo de implantação. Após as reuniões, dá-se início a implementação das hortas, através da preparação adequada do solo, adubação orgânica e confecção dos canteiros.

Todo o processo de instalação das hortas tem o acompanhamento de um engenheiro agrônomo cedido pela prefeitura municipal. Este processo conta ainda, com a mão de obra de pessoas da comunidade, profissionais e estagiários do CERAUP/UEM, entre outros².

Os canteiros são divididos entre os associados comunitários que participam do programa, sendo que cada família tem direito a plantar e cuidar da manutenção de dois canteiros³. A partir dessas ações, as famílias que participam do programa são beneficiadas com os produtos cultivados sendo o excedente comercializado junto à população. Porém, é de fundamental importância que o sistema de plantio apresente uma agricultura sustentável, sem a utilização de adubos químicos ou defensivos agrotóxicos^{4,13}.

Tal precaução leva em conta o fato de que o uso de pesticidas pode causar desequilíbrio ambiental, devido a tais produtos não eliminar somente os organismos não desejáveis, como também, os organismos benéficos para o ecossistema, pois, é sabido que, por vezes, o uso dos pesticidas, pode causar a redução de nutrientes disponíveis no solo¹⁴.

Benefícios do Programa Hortas Comunitárias

As hortas comunitárias contribuem beneficentemente na ocupação de terrenos baldios em áreas urbanas e periurbanas. Além disso, seus interesses estão pautados na contribuição para a complementação da alimentação das famílias, acesso a alimentos frescos e saudáveis, garantia de qualidade e regularidade aos produtos produzidos, no desenvolvimento de hábitos e práticas alimentares saudáveis, e inserção dos comunitários no mercado de trabalho^{2,12}.

Além da melhoria das condições alimentares, este tipo de agricultura promove benefícios como a geração

de renda, melhoria da qualidade de vida e a coesão social^{8,14,15,16}. As hortas evidenciam na prática os princípios da ecologia, sendo consideradas, assim, um importante instrumento de aprendizagem para os indivíduos participantes¹⁷. Por sua vez, as famílias envolvidas utilizam a área das hortas para o fortalecimento das relações sociais, realização de diálogos a respeito da conjuntura local comum a todos e o papel da organização social frente a esse panorama.

Nas hortas comunitárias trabalham pessoas com diferentes idades, com muitas delas, encontrando na atividade do cultivo de hortaliças, muito mais que a complementação às suas alimentações, mas até um espaço destinado ao seu lazer e sociabilidade⁶ o que, de certa forma, ameniza o cansaço mental e físico podendo contribuir na redução dos fatores de stress e na diminuição da ingestão de medicamentos, proporcionando assim uma melhora significativa da saúde e da qualidade de vida da população⁴.

4. CONCLUSÕES

Os estudos aqui levantados demonstram que o Programa Hortas Comunitárias de Maringá tem contribuído para o enfrentamento de situações emergenciais de fome, e propiciado, paralelamente, inúmeros benefícios para as famílias participantes do programa, ao minimizar os fatores relacionados à segurança alimentar, geração secundária de renda e promoção da saúde, entre outros.

Concluiu-se assim, que as atividades que realizam nesses locais redundam numa maior compreensão das famílias a respeito dos processos ecológicos existentes nas áreas de cultivo, na importância da produção e consumo de alimentos saudáveis, sem o uso de adubo químico ou dos defensivos agrotóxicos, além da preservação do meio ambiente.

O estudo demonstrou ainda, que o fortalecimento deste tipo de agricultura torna possível a capacidade de tomada de decisões por parte da coletividade. Ainda, que o diálogo permanentemente estabelecido entre as atividades nas hortas, as capacitações em associativismo e cooperativismo e a organização de uma rotina social da vida comunitária cotidiana tem o poder de propiciar uma importante contribuição na construção de uma consciência coletiva e politicamente ativa por parte da comunidade nela envolvida.

REFERÊNCIAS

- [1] Moraes EG, Michellon E, Rossi W. Inclusão social e participação comunitária: uma abordagem multidisciplinar na avaliação de políticas públicas. In: 4º Encontro das Redes de Estudos Rurais. 2010; jul 06-09; Curitiba. Paraná: 2010.
- [2] Albuquerque, J. O. Horta Comunitária de Maringá. Mostra local de projetos, Prefeitura Municipal de Maringá. Maringá. 2011.

- [3] Palácios AROP, Salineiro APSB, Nardi ACF, Rosaneli CF. A concepção do Programa Maringá Saudável, suas ações e resultados. *Divulg. Saúde Debate* 2009 Mai; (44): 34-40.
- [4] Meira FM, Michellon E, Jung LM, Almagro AC, Rodrigues Neto F. Agricultura agroecológica em Hortas Comunitárias na cidade de Maringá (PR). In: 4º Encontro das Redes de Estudos Rurais. 2010; jul 06-09; Curitiba. Paraná: 2010.
- [5] Guimarães CF, Meneghel SN. Subjetividade e saúde coletiva: produção de discursos na re-significação do processo saúde doença no pós-moderno. *Rev Mal-Estar Subj.* 2003 Set; 3(2):353-71.
- [6] Conrado TV, Maluf WR, Da Silva EC, Gomes LAA. Horta fácil: software para o planejamento, dimensionamento e gerenciamento de hortas em geral. *Hortic. Bras.* 2011 Jul./Set; 29(3):435-39.
- [7] Valente F. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito humano à alimentação adequada. *Rev Nutrição.* 1997; 10(1):20-6.
- [8] Brasil. Governo Federal. Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades. In: Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia; 2007; jun; Articulação Nacional de Agroecologia; 2007.
- [9] Miranda AC, Moreira JC, Carvalho R, Peres, F. Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil. *Ciênc. Saúde Coletiva* 2007 Jan./Mar; 12(1):07-17.
- [10] Mougeot LJA. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks, and policy challenges. In: International Workshop on Growing Cities Growing Food: Urban Agriculture on the Policy Agenda; 1999; oct 11-15; Havana. Cuba: 1999.
- [11] Brasil. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. In: III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório Final; 2007; jul 3-7; Fortaleza. Ceará: Consea-MDS; 2007.
- [12] Furquim G, Medeiros MIM, Perosa JMY, Stein, AC. Hortas comunitárias como mecanismo de organização social e geração de renda. In: XLIII Congresso da SOBER “Instituições, eficiência, gestão e contratos no sistema agroindustrial”. 2005; jul 24-27; Ribeirão Preto. São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural; 2005.
- [13] Maringá. Prefeitura Municipal. Programa Hortas Comunitárias será contemplado com R\$ 2 milhões do Governo Federal. Secretaria de Comunicação. [acesso em 22 jun. 2013] Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=24&a2987465524&id=18428>.
- [14] Abreu AMRSM. Hortas urbanas-contributo para a sustentabilidade. Caso de Estudo: “Hortas Comunitárias de Cascais”. [Dissertação] Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências e Tecnologia; 2012.
- [15] Trajano HMR. Produção de pimenta (*Capsicum* spp.) e aspectos socioeconômicos das hortas comunitárias de Teresina, Piauí. [dissertação] Teresina: Universidade Federal do Piauí; 2009.
- [16] Ottmann MMA, Borcioni E, Mielke E, Cruz MR, Fonte NN. Impactos ambientais e sócio-econômicos das hortas comunitárias sob linhas de transmissão no bairro Tatuquara, Curitiba, PR, Brasil. *Rev. Bras. de Agroecologia* 2010; 5(1):86-94.
- [17] Da Silva MM. Análise do potencial de implantação de hortas comunitárias com o apoio do geoprocessamento: contribuição para a educação ambiental na região do barreiro, BH. [Monografia] Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 2007.

